

## **TRAJETÓRIA SOCIAL E CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS DE MORADOR A ASSENTADO: a perspectiva dos sujeitos**

**Conceição de Maria Sousa Batista Costa**  
Faculdade Santo Agostinho (FSA)

### **16 TRAJETÓRIA SOCIAL E CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS DE MORADOR A ASSENTADO: a perspectiva dos sujeitos**

**Resumo:** O presente artigo propõe analisar aspectos da trajetória social de famílias camponesas que passaram da condição de moradores à de assentadas, no município de Miguel Alves, no Estado do Piauí. Evidencia que essas famílias, através de sucessivas gerações, “ocuparam” uma dada propriedade, conhecida atualmente como Centro do Designo, através do pedido de morada, constituindo, por décadas, relações sociais de patronagem-dependência, consolidadas, sobretudo, em diferentes práticas de submissão. Conclui que a transformação da propriedade em Assentamento pela política agrária federal, em 1996, teve impacto considerável para essas famílias, uma vez que novas regras de convivência foram estabelecidas.

**Palavras-chave:** Morador, assentado, identidade, política agrária, memória.

### **SOCIAL WAY AND IDENTITY CONSTRUCTIONS FROM A RESIDENT TO A SETTLER: a perspective of the subjects**

**Abstract:** This article seeks to analyze aspects of the social path of peasant families which changed from a position of residents to that of settlers, in the municipal district of Miguel Alves, in the State of Piauí. It evidences that those families through successive generations, occupied a given property, now known as “Centro do Designo”, by means of requests for housing, which constituted, for decades, social relationships of patronage and dependence, consolidated, above all, in different submission practices. It concludes that the transformation of the property into a settlement by the federal agrarian policy in 1996 had considerable impact for those families, since new rules of coexistence were established.

**Key words:** Dweller, seated, identities, land policies, memory.

Recebido em: 28.02.2012. Aprovado em: 09.04.2012.

## 1 INTRODUÇÃO

O texto apresentado constitui parte da dissertação de mestrado, *De moradores a assentados: trajetórias e identidades sociais no Centro do Designo*<sup>1</sup>, em Miguel Alves, no Piauí, defendida na Universidade Federal do Piauí, no primeiro semestre do ano de 2006, para a obtenção do título de mestre. Nele, são analisados aspectos da trajetória social das famílias que saíram da condição de moradoras para a de assentadas. Tal análise buscou compreender o processo de construção da história das famílias moradoras no vínculo com o proprietário e como essa história interferiu nas relações sociais das famílias assentadas, quando a terra não tem mais um proprietário e sim vários, regidos por regras institucionalizadas e materializadas com sua efetiva participação, no âmbito da política de assentamento.

A trajetória social das famílias moradoras do Centro do Designo é marcada por uma diversidade de tempos sociais, mas deve-se compreender que, ao se trabalhar esses tempos,

Pelo viés da memória é possível analisar o vivido e recortá-lo, é possível fazer o tempo passado se presentificar analiticamente e oralmente, subjetivar publicamente quem já está sendo relegado ao esquecimento. (TEDESCO, 2002, p. 43).

A propósito, como lembram Godoi (1999) e Moraes (2000), teoricamente, a perspectiva da memória pela narrativa supõe um trabalho de construção de significados do passado, elaborado no presente.

Nesse sentido, o assentamento constitui um espaço no qual os hoje assentados construíram e constroem suas histórias de relação com a terra, com a qual há vínculos fortes, pois aqueles sujeitos sociais nasceram naquela localidade que é, assim, parte de suas trajetórias pessoais e sociais. A propósito, Pierre Bourdieu, ao se referir à análise dos acontecimentos constitutivos da vida como história, conduz à construção teórica da noção de trajetória, criticada pelo autor, se entendida apenas pelo vínculo a um sujeito, individual ou coletivo, sem se levar em conta a estrutura social, ou seja, a matriz das relações objetivas:

[...] não podemos compreender uma trajetória sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis. (BOURDIEU, 2002, p. 190).

Para Pierre Bourdieu, é absurda a compreensão da vida numa trajetória de série única e constitutiva de acontecimentos sucessivos, que focaliza a trajetória social de um grupo que envolve diferentes atores em diferentes épocas. A realidade investigada passou por diferentes estados e por muitas décadas, com a vida dos moradores recebendo, também, diferentes influências. Assim, a trajetória não é linear e

Os acontecimentos [...] se definem como colocações e deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado. (BOURDIEU, 2002, p. 190).

Nessa perspectiva, a propriedade Centro do Designo foi, desde a primeira metade do século XIX, constituindo espaço de moradas para muitas famílias e, como lembra Woodward (2000), de micro-histórias, ali acontecidas por migração de cidades do Piauí, Maranhão e Ceará. Conforme as narrativas, os motivos principais dessas migrações foram a falta de terra e de condições de trabalho. Essas famílias, ao chegarem à propriedade, depararam com uma terra que reunia condições quantitativas e qualitativas e lá se estabeleceram, porquanto era propícia ao desenvolvimento de atividades ligadas à agricultura, à pesca e ao extrativismo, com água superficial em abundância (9 KM de rio e lagoas) e um lençol freático raso. Assim, apesar das singularidades, existe algo em comum às trajetórias: a busca pela terra para instalação e reprodução da família, nos moldes do campesinato de morada, que se estendeu pelo sertão do gado.

## 2 CENTRO DO DESIGNO: lugar de moradas, trajetórias e memórias

Para um melhor entendimento da realidade dos moradores do Centro do Designo, é útil a referência a Segalen (1999), que concebe geração não só como um conjunto de pessoas com a mesma faixa de idade, mas também aquelas com a mesma experiência histórica ou social. A autora afirma que as gerações coexistem e sobrepõem-se, caracterizando, dessa forma, a sociedade atual, como, de fato, ocorre no Centro do Designo. Aliás, embora Segalen (1999) refira-se mais ao plano familiar, sua abordagem é importante para a compreensão das questões das gerações no Assentamento Centro do Designo, porquanto elas construíram trajetórias de vida diferentes, com a marca forte dos pais em cada uma delas, no processo de socialização.

Aspecto também relevante focado por Martine Segalen são as relações estabelecidas entre gerações que, por sua vez,

Sempre desempenharam um papel importante tanto na construção da identidade pessoal, como na fundamentação dos laços sociais. (SEGALEN, 1999, p. 222).

Tais relações devem ser vistas como constitutivas de elementos destacados no processo de integração social do grupo.

De fato, no assentamento, a coexistência de gerações é concreta porque, embora as famílias estejam atualmente na condição de assentadas, ainda é presente, em sua memória, o que elas construíram nas relações sociais como moradoras e agregadas, e que não se extingue com o decreto de desapropriação da área. É que a história da desapropriação é recente (menos de duas décadas), enquanto que a de moradores tem mais de oito décadas. A reflexão de Segalen (1999) permite pensar que, como efeito mesmo da geração e da mobilidade social,

A presença simultânea de gerações assegura a transmissão de modelos culturais, desenvolve trocas numerosas e, mais geralmente, contribui para assegurar a reprodução social. (SEGALEN, 1999, p. 222).

A consideração das diferentes gerações faz com que se volte a atenção para as narrativas dos antigos moradores. De acordo com tais narrativas, a propriedade começou a ser povoada por volta da primeira metade do século XIX. Devido à localização, às margens do rio Parnaíba, foi marcante a ocupação inicial, pelas primeiras famílias, nessa área. Na época, o movimento do comércio na Província do Piauí dava-se por via fluvial e, na área da propriedade onde passava o rio, existia um ponto onde as embarcações eram ancoradas para serem abastecidas com madeiras para a sua manutenção e com a produção de coco babaçu e de fumo, a serem comercializados na cidade de Parnaíba-PI.

Nas falas das pessoas entrevistadas, a figura do senhor Mariano Mendes, primeiro proprietário, tem destaque porque, com o passar dos anos, se firmara como um grande proprietário de terras da região. De acordo com essas informações, dentre as datas de terra, há registro de uma chamada Remanso, de 1898, mas sem dados relativos ao tamanho da área e à localização exata, não se sabendo se ela é a mesma propriedade do Centro do Designo. (CARTA DAS SESMARIAS, 1819-1823).

Destacando-se da maioria, as narrativas de três assentados expressam que nem toda a área do Centro do Designo pertencia de direito a Mariano Mendes, pai de Simplício Mendes, referido como o dono da terra. É que, durante os anos em que as pessoas foram definindo a morada, iam-se estabelecendo as relações com os proprietários e o conhecimento sobre eles:

O pai do doutor Simplício era pobre, era um vendedor ambulante. Na época ele comprou só a área do Porto e no tempo de demarcar, demarcou tudo isso aqui. [...], do Mato Seco à Liberdade<sup>2</sup> (Informação verbal)<sup>3</sup>.

Naquela época o comércio era desenvolvido pelos chamados mascates. Havia um mascate chamado de Mariano, um homem simples e pacato. Andava calçado em uma alpercata feita de couro cru e, por causa desses trajes recebeu o apelido de “Mariano Pracata Seca” [...]. Mariano fez sua nova residência perto das pedras ao lado de quatro pés de manga, e passou a comprar e vender fumo, tornando o mais popular e respeitado. [...] Mariano iniciou a compra de hectares de terra, mas também se apossou daquelas que não tinha ninguém, não tinha dono. (Informação verbal)<sup>4</sup>.

Os mais velhos falavam que antigamente esta terra era pequena e naquela época tinha as pessoas que iam apossando, eram os mais sabidos e conhecia as leis. (Informação verbal)<sup>5</sup>.

Tomando como referência essas narrativas, observa-se, pelas características apresentadas para o primeiro proprietário, Mariano Mendes, que ele foi uma pessoa simples que “lutou” para chegar à condição de proprietário. Entretanto, buscando-se informações nos Registros de Terras do Piauí do início do século XX<sup>6</sup>, constata-se que Mariano Mendes era um abastado, proprietário de muitas terras, localizadas nos municípios de União e Miguel Alves, patrimônio que começou a formar a partir de 1817.

Devido à qualidade das terras para a agricultura, e à exploração do coco babaçu e à presença das vazantes, decorrentes da existência das lagoas, o Centro do Designo tornou-se atrativo ao povoamento. À medida que se expandia como propriedade, foi-se tornando marcante a presença dos gerentes na sua administração, só, mais tarde, aparecendo a figura dos arrendatários.

Segundo as narrativas, a trajetória da família Mendes foi marcada por questões familiares fundadas no fator herança. As mortes na família do proprietário foram ocorrendo entre as pessoas mais velhas, de modo que a propriedade foi sendo repassada às gerações sucessivas. Mariano Mendes, Simplício Mendes e Mariano Mendes (Neto) representam as três gerações de proprietários que conviveram com os moradores, sendo mais intensa a dos dois últimos com as famílias moradoras, já que, em 1902, quando se iniciou o povoamento da propriedade, faleceu o primeiro proprietário. É importante destacar que, ao tomar-se como referência o período em que as famílias vivenciaram

a condição de moradoras, o número de gerações de proprietários e o de moradores chega a ser coincidente, mas sem nenhuma relação direta entre cada uma delas, porque no âmbito das famílias, o grupo era numeroso, com pessoas pertencentes às três gerações. Quando a propriedade se transformou em assentamento, Mariano Mendes, pertencente à terceira geração, já havia falecido, em 1992, e quem estava à frente dos negócios da terra eram a esposa e filhos.

No que se refere ao coco babaçu, o proprietário, na época, comprava dos moradores e, em seguida, vendia para uma fábrica de sabão, localizada às margens do rio Igarçu, em Parnaíba, transportando-o pelas embarcações.

O coco daqui era embarcado nela [embarcação] pra ir para Parnaíba. Ainda viajei nelas pra deixar o coco. Lá no rio Igarçu tinha uma máquina de fazer sabão. (Informação verbal)<sup>7</sup>.

Ainda segundo o narrador (BENJAMIN, 1987), a venda da madeira para movimentar as embarcações foi outra atividade que envolveu as famílias da época, ocorrendo com mais intensidade no período do preparo das roças de capoeiras<sup>8</sup>, de onde era retirada a unha de gato, a madeira mais comum encontrada nas áreas de roças.

As famílias que se instalaram na propriedade Centro do Designo buscavam melhorar de vida e, ao encontrar uma terra produtiva, procuraram organizá-la, envolvendo-se nas atividades agrícolas, no extrativismo e na pesca. As narrativas demonstram a trajetória singular que cada uma foi construindo, recortada não só por momentos de dificuldades, mas também pela esperança de vencê-las e usufruir dias melhores.

Para o cultivo das atividades agrícolas, a mão de obra era familiar. No geral, o envolvimento de pai e de filhos maiores ocorria em todas as etapas de produção, participando mãe e filhas, na maioria dos casos, da etapa da colheita. Quando essa mão de obra não era suficiente para atender a todas as demandas de trabalho, era costume ocorrer entre as famílias as práticas de reciprocidade (SABOURIN, 1999; GODOI, 1999; MORAES, 2000), sobretudo nas atividades de preparação para o plantio e na colheita.

Já na pesca, o envolvimento tinha a participação dos homens, normalmente o pai ou os filhos maiores. No extrativismo, a ocupação predominante na tarefa era das mulheres, sobretudo mães e filhas, geralmente as maiores, com os homens atuando mais no período entre plantio e colheita, o que, na maioria das vezes, se limitava a juntar os cocos na mata.

As narrativas permitiram perceber que os bons resultados da produção de arroz, milho, feijão

e farinha não são tão antigas. Ocorreram anos, das décadas de 1970 e 1980, que, quando a proprietária recolheu a renda das famílias, a quantidade era tão grande que já não lhe interessava comprar a produção.

No ano de mil novecentos e oitenta e sete, só de renda foi de noventa e seis mil quilos de arroz, uns quarenta mil quilos de milho. [...] muita farinha. O armazém ficou lotado. [...], e, em mil novecentos e oitenta e nove deu outra produção boa. Produção que medimos mais de duas mil linhas de roça. [...]. Nessa época, as pessoas não passaram tanta necessidade e o legume alcançava o outro. Não se comprava arroz, feijão, farinha, tudo era da lavra. Se fazia era vender. Na época, a proprietária recebeu tanta renda que não se interessou nem de comprar o legume das pessoas. Hoje, eu conheço muita gente que não tem um caroço de nada. (Informação verbal)<sup>9</sup>.

A narrativa aponta para dois fatores que podem ter relação direta com a situação de “fartura” da época. O primeiro é que a área da propriedade era pouco explorada e não havia muitas famílias nela morando, tornando-se grande a opção de escolhas para o cultivo das roças. O segundo, diz respeito à mão de obra familiar, que era significativa, denotando que, como a maioria das famílias era numerosa, podia-se contar, desde cedo, com a participação dos filhos, nas etapas de cultivo das roças, o que aumentava a capacidade familiar da ampliação da área de cultivo. No entanto, a estiagem de 1983 teve forte interferência na vida das famílias, obrigadas a enfrentar o período de seca.

O fenômeno da estiagem traz problemas, como a falta de alimento para as famílias, já que as roças são consideradas os meios de sustento mais significativos. Os anos de seca interferiram até nas atividades realizadas nas vazantes<sup>10</sup>, como o cultivo de feijão. É que chovendo pouco, as áreas do “baixo”, próximas aos morros e às lagoas, não acumulam água suficiente para garantir-lhes o plantio, restando, como alternativa, a intensificação da quebra do coco e a migração temporária dos pais de famílias e jovens para outras regiões, em busca de emprego. Assim, no período de estiagem, as famílias intensificavam a pesca, a caça e a quebra do coco, a fim de assegurar as condições mínimas de alimentação.

As atividades apresentadas forma(ra)m o conjunto das práticas culturais e econômicas da população pesquisada, em sua relação de moradia, no âmbito do Centro do Designo, embora em lógica e importância diferenciadas, como é o caso do coco babaçu, que se mantém como prática costumeira de produção para o consumo doméstico.

### 3 MEMÓRIAS E NARRATIVAS: moradores e as relações de patronagem-dependência

As relações sociais de patronagem-dependência, na propriedade Centro do Designo, têm a marca do processo instaurado na história do que Ribeiro (1995) define como Brasil sertanejo. No Piauí, as diferentes conjunturas sociopolíticas e econômicas foram definidoras de relações entre quem produz a riqueza (o trabalhador, o morador) e quem tem os meios de produção (o proprietário de terra). Essas relações foram construídas ao longo dos anos, com base em contratos verbais e definidores das regras que circunscreveram a vida dos moradores nas propriedades.

O Centro do Designo tem uma história com essa marca. Na época, quando famílias foram-se estabelecendo, o lugar de morada e a submissão às regras do proprietário lhes pareciam algo muito natural, mesmo porque a questão maior e mais importante era encontrar, na terra, as condições para a sua reprodução social. Nesse contexto, tais regras eram impostas, no Centro do Designo, tanto pelo proprietário quanto pelo arrendatário dos cocais, sendo que a principal era o pagamento da renda da produção agrícola e da comercialização do coco babaçu.

Para o cumprimento da primeira, as famílias relacionavam-se com o proprietário através dos gerentes, que tinham como função controlar o plantio, especialmente o quantitativo da produção (a base de cálculo da renda), e recolhê-la, no referente renda, depois da colheita. No que tange à comercialização, a relação se dava diretamente com o arrendatário do babaçu, que definia seu preço e local de realização.

Narrativas da população local enunciam que as mencionadas condições de sujeição não impediram que a propriedade continuasse cada vez mais atraindo famílias para o estabelecimento de suas moradias. A relação das famílias com a terra se dava através da prática extrativista do coco babaçu e do cultivo das roças de capoeiras:

A gente tinha muita dificuldade. A gente vivia de quebrar o coco para comprar os alimentos que a roça não dava. A condição era pagar uma parte daquilo que era produzido no final de cada ano. Ou a gente pagava ou então era sujeito à disciplina. A dona da propriedade tinha um comércio na área que era abastecido de tudo e nós ainda tinha que comprar lá outros produtos com venda do coco, que podia ser vendido somente no lugar. A gente não tinha opção, o pouco que produzia ainda tinha que dar uma parte para poder continuar na terra. (Informação verbal)<sup>11</sup>.

A narrativa indica que, durante muitos anos, a produção agrícola foi significativa. De fato, segundo narradores, o proprietário enchia os espaços de duas grandes casas na propriedade com arroz e milho, como resultado da renda paga. Ressalte-se que a importância econômica do coco babaçu só ocorreu no período de instalação e funcionamento da agroindústria Gervásio Costa S/A – Comércio, Indústria e Agropecuária. Aliás, D. P. S., 48 anos, lembra que, além do pagamento da renda com a produção, as famílias não tinham a liberdade de comercializar o excedente colhido fora da propriedade:

Nessa época, [...] a gente não pagava a renda para o dono da terra, mas era presa toda produção nossa de legume, de babaçu. A gente não tinha o direito de tirar um quilo de legume para vender fora porque a gente era chamada de ladrão. Se fosse pego com a carga de legume vendendo fora, a gente era presa. Era obrigado a vender [na propriedade] por qualquer preço que eles quisessem. (Informação verbal)<sup>12, 13</sup>

Como o Assentamento Centro do Designo é uma área predominantemente de babaçu, o coco foi o grande destaque nas narrativas das famílias assentadas. Vale a referência ao fato de que o extrativismo do coco babaçu, no início do século XX, teve um significado importante para a economia do Piauí e que o Centro do Designo se insere nesse contexto, uma vez que situado na área dos cocais. Na verdade, o mencionado processo de extração deu-se com a participação de contingentes de pessoas que moravam nas grandes propriedades, na condição mesma de moradoras, ou nos seus interstícios.

Nesse sentido, Porto (1974, p. 131) descreveu diferentes situações das famílias do início do século XX que viviam nas regiões de cocais, em muito parecidas com as de hoje, que se mantêm com o trabalho do extrativismo:

Os chamados quebradores de coco moram em palhoças nas clareiras dos babaçuais, onde levam vida miserável, sem qualquer espécie de assistência. Raramente comem carne, alimentando-se, em geral, de feijão, arroz e farinha obtida do babaçu.

Na época, a “apanha” do coco cabia aos homens, enquanto a “quebra”, às mulheres e crianças. A participação dos homens, nessas atividades, não se constituía como trabalho contínuo, posto que tinham, como centralidade de seu trabalho, a agricultura. Já a produtividade diária, para cada um dos segmentos envolvidos na quebra, era de doze, dez e três quilos de coco, respectivamente. (PORTO, 1974).

Outro instrumento que reforçava as relações de poder entre proprietários nas áreas de babaçuais e quebradores, era o “barracão”, que se configurava como um espaço de venda ou de troca do coco por gêneros alimentícios:

O quebrador que vende o seu coco a três cruzeiros o quilo, por exemplo, é forçado a comprar um cruzeiro e cinquenta centavos no barracão, cujos preços são bastantes elevados. O caboclo devolve, assim, o aluguel não cobrado pela suposta generosidade. (PORTO, 1974, p. 132).

No caso do Centro do Designo, os moradores eram obrigados a vender o coco na própria propriedade. E, devido à grande quantidade, o arrendatário intensificava a fiscalização às famílias, proibindo a comercialização exterior a ela. Ademais, “do coco era proibido tirar um quilo para fora”, diz A. J. E.:

O morador tinha era que vender para eles [arrendatário dos cocais]. Eles continuavam segurando cada vez mais o povo. Lá eles inventaram uma ficha que era de plástico. Nas costas da ficha tinha um ferro do Gervásio Costa, o mesmo do gado. Do outro lado tinha o valor. Cada valor tinha uma ficha de cor diferente. Essa ficha só eles podiam receber [...]. Você ia para comércio na cidade de Miguel Alves ninguém recebia essa ficha [...]. Às vezes a gente matava uma criação, quando terminava de vender, a gente estava com o bolso cheio das fichas. As pessoas vinham comprar a carne com as fichas porque na propriedade valia como dinheiro. (Informação verbal)<sup>14</sup>.

De fato, a moeda definida pelo arrendatário, para o comércio do coco, afirmava-se como mais um instrumento de reforço do grau de submissão das famílias, haja vista que ela só tinha aceitação ou no interior do Centro do Designo ou na localidade Novo Nilo, de propriedade do arrendatário. Mesmo que desejassem adquirir produtos de primeira necessidade noutros comércios, com preços diferenciados, não tinham essa liberdade porque com a venda da produção de coco, não havia pagamento em dinheiro. Assim, as famílias trocavam o coco por outros produtos, em condição desigual, ou recebiam o vale para negociar posteriormente.

Com relação ao coco, a gente quebrava e não existia aquela história de ser só mulher. Eram homens e mulheres. Quando terminava o serviço da roça, a capina, que era a última que se deixa para a colheita, a gente não parava, ia quebrar o coco, ajudar a mulher. Na

época do coco a gente achava que tinha valor. Dava para se comprar carne para se comer, o café, o açúcar, enfim, a miudeza de casa. Não sei se era o coco que era mais ou se era o gênero que era barato. Mas o coco naquela época facilitava e tinha muito e se escolhia para quebrar. [...]. O patrão exigia que todo mundo vendesse só para ele. E o preço daqui de dentro era menor do que de fora. Se ele pegasse a pessoa vendendo fora chamava atenção e ameaçava cadeia. Não sei se ele prendeu alguém, mas ameaçava. O interesse que tinha pelo coco porque sua produção era maior e ele tirava um lucro maior porque na época tinha muito coco. (Informação verbal)<sup>15</sup>.

De fato, essa fala expressa a memória da família que “mesmo que se transforme, retém, em grande parte, algo que é comum, algo do grupo”. (TEDESCO, 2002, p. 49). Na verdade, a reprodução física e social das famílias em função do extrativismo do coco babaçu foi extensiva a todas, tendo como mão de obra principal a feminina – mãe e filhas. No cotidiano, essas mulheres, sobretudo as donas de casa, ocupavam em média seis horas por dia na atividade. Saíam para o babaçual de segunda a sexta-feira, às 9 horas, deixando o almoço já pronto, retornando somente às 16, com cinco a dez quilos de cocos quebrados e, com a sua venda, adquiriam outros produtos, de que necessitavam. Hoje, devido à escassez do coco, as mulheres não se têm ocupado tanto tempo assim, mas ainda se trata de uma atividade praticada por elas com a mesma finalidade de antes.

Segundo Forman (1979), essa situação é característica das relações de patronagem-dependência, com diferentes benefícios para as partes. O proprietário maximiza os ganhos econômicos e políticos e o dependente, os moradores, potencializa a segurança, de sorte que, na relação, cada um estabelece estratégias para alcançar os próprios objetivos.

Mas, como já se viu, além das formas de sujeição mencionadas, havia ainda a obrigatoriedade de abastecer-se com o proprietário, que colocava nos pontos de comercialização do babaçu, sortimento de mantimentos básicos para alimentação, vestuário, medicamentos, utensílios domésticos e outros, forçando os moradores a suprir as necessidades a um custo mais elevado que o praticado na sede do município.

Se, com efeito, a atividade agrícola e o extrativismo do coco babaçu eram economicamente importantes, não eram os únicos; havia a pesca, de grande importância para as famílias, e desenvolvida, principalmente, pelas que moram, há muitos anos, próximas ao rio Parnaíba. A pesca tinha perfil diferenciado, haja vista que não havia a exigência de

renda ou forma outra de pagamento ou retribuição ao dono da terra, pelo que passava a ter um valor até mais significativo para a economia familiar.

Eu trabalhava no campo, fazia minha roça, mas fui melhorando depois que ingressei na pesca, baixei para dentro do rio, com uma canoa e um engancho. Aí tomei fôlego e criei coragem. As coisas melhoraram, criei a família pescando. Pescava e vendia na cidade vizinha, Coelho Neto, Maranhão. Depois a gente viu que era pesado pescar e vender. Passava a noite acordado e pela manhã cedo ia vender o peixe e chegava uma hora da tarde, com sono. Aí nós contratamos um comprador de peixe que vinha comprar pela manhã bem cedo [...]. Meu ramo era pescar, mas fazia um pedaço de roça. Nisso criei a família. (Informação verbal)<sup>16</sup>.

Percebe-se, nessa narrativa, o quanto a memória tem função importante na reconstrução do passado. Ela faz as pessoas (re)viverem no presente diferentes situações, que dão “dinamicidade à vida social e individual”. (TEDESCO, 2002, p. 55).

#### 4 JOGANDO O JOGO DAS IDENTIDADES SOCIOCULTURAIS: assentados - de identidades atribuídas a novos sujeitos na arena pública

Observou-se, no decorrer da análise da trajetória das famílias, sem embargo da singularidade das experiências de cada uma, que as práticas do cotidiano, materializadas nas relações de trabalho, parentesco, lazer, vizinhança, resultaram na construção de identidades socioculturais. Nesse sentido, vale retomar a contribuição teórica de Mendes (2002) quando fala das forças centrípetas (necessidade de se ligar ao outro) e das centrífugas (necessidade de diferenciar-se do outro).

Tomando-se como base o processo histórico do Assentamento Centro do Designo, pode-se afirmar que a situação e as condições a que as famílias foram submetidas para permanecerem na propriedade favoreceram a construção, por longas décadas, das identidades de morador, levando à formação de um grupo social com essas marcas históricas. Assim, tais identidades, no Centro do Designo, se consolidam e predominam, mas não se constituem como únicas, porque as pessoas, na dinâmica da convivência e na luta pela sobrevivência, acabam construindo outras e fazendo emergir as diferenças. (SILVA, 2000).

Os elementos teóricos e históricos atribuídos à categoria histórica morador, conectam-se à realidade identitária das famílias do Cento do Designo, uma vez que foram os mesmos processos de construção das relações sociais, diferenciando-se, apenas, o contexto histórico. Aliás, a própria necessidade (a

falta de terra para produzir e morar) foi determinante no processo de construção das identidades sociais de morador. Essa necessidade das famílias e as condições de fertilidade da propriedade criaram, nas pessoas, atitudes e práticas de aceitar as regras impostas pelo dono tanto no nível das relações sociais de produção, quanto nas demais dimensões da vida cotidiana.

Mas, apesar da hegemonia das identidades referidas, vigente por muitas décadas, existiam espaços para a formação e ocupação de outros papéis e funções, que as pessoas desempenhavam no dia a dia. Nesse sentido, destacam-se identidades que às hegemônicas somam-se, como, dentre outras, as de professores, pescadores, agricultores, trabalhadores rurais, lavradores, mulheres, jovens e aposentados.

Ressalte-se que, no processo de “ocupação” da área, laços de parentesco representaram forte elo entre as pessoas, com um número significativo de famílias, muitas delas numerosas, vivendo, atualmente, a experiência de três gerações. Foram, assim, identificados sete troncos velhos no local: “Teotonho, Crispim, Barroso, Clemente, Ferreira, Roldão e Bernardino”. Como a propriedade formava-se a partir de agrupamentos de famílias em pequenas localidades, nas quais predominavam relações de parentesco, acabou irradiada por toda a área a teia dos sete troncos, situação que teve continuidade mesmo depois da desapropriação. É que, devido à imposição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (1996) de criar uma só agrovila, formaram-se os aglomerados de casas com grupos de famílias com afinidades entre si e/ou consoante o grau de parentesco.

Nesse contexto dos agrupamentos de famílias, a existência de outras identidades sociais, aparentemente, tinha menor significado, para o grupo, uma vez que os entrevistados a elas pouco se referiram. Talvez isto se explique até pelo fato de que a própria constituição do assentamento, ao imprimir uma nova realidade na vida das pessoas, tenha adotado, como pré-requisito principal para se tornar assentado, a condição de morador, embora o processo de desapropriação haja se consolidado com rapidez e com um nível baixo de participação e envolvimento das famílias ali estabelecidas.

As únicas dificuldades que a gente encontrou [...] foi a questão da falta de entendimento das pessoas em viver, em se adaptarem a nova forma de viver [...]. A gente sabe que todo mundo era acostumado a morar cada um nos seus núcleos [localidades], trabalhando à sua maneira, fazendo da maneira como eles [moradores] sabiam, onde eles [moradores] queriam e, de repente, quando se passa a viver na área de assentamento, a gente precisa de um controle melhor das coisas. Já se tem a

questão da divisão de terras, acostumar a morar em vila a gente sabe que tudo isso leva um certo tempo pra se adaptar, mas, graças a Deus, tudo aconteceu dentro de um clima, que eu diria que, pelo tamanho da comunidade, pelo costume das pessoas que não era acostumado a viver em assentamento, se vive dentro de um clima de tranquilidade. (Informação verbal)<sup>17</sup>.

Como afirmado na narrativa, não houve conflitos no processo de desapropriação que ocorreu sem momentos de resistência e de organização das famílias para pressionar pela sua agilidade. É que, independentemente da participação das famílias, a desapropriação consolidou-se num processo bastante rápido, sem que elas próprias compreendessem as razões dessa celeridade. Algumas pessoas entrevistadas levantaram a hipótese da realização de acordos de compra e venda entre o INCRA e a proprietária:

Eu cresci [...] trabalhando na lavoura, meus pais também, na quebra do coco e tendo a pesca como uma fonte também de sobrevivência. De lá pra cá é essa luta na tentativa de organização da própria comunidade. Foi aí que se chegou nesse processo de desapropriação das terras, através de um processo que já era encaminhado há muito tempo pela própria proprietária da terra, segundo o que a gente ouviu dizer, embora não tenho dados concretos, mas se ouviu dizer que havia uma negociação da proprietária com o Incra [INCRA]. (Informação verbal)<sup>18</sup>.

Efetivada a desapropriação, mais uma identidade emerge no convívio dessa população. Através de um ato administrativo, expresso no decreto de desapropriação, as pessoas atingidas passaram a ser nominadas de assentadas, sendo necessária a materialidade das regras do ser assentado, as quais o conjunto precisava incorporar. No entanto,

A interiorização da nova realidade pelos indivíduos, no processo de ressocialização induzido pela nova situação denominado de assentamento, não significará que eles intentificar-se-ão com ela. (CARVALHO, 1999, p. 36).

É, então, nesse contexto, que se afirma que as identidades de assentado são atribuídas e marcadas pela implementação de uma política de governo que impôs regras e condições às famílias. Com efeito, para muitas pessoas o sentimento que ficou foi o de mudança de proprietário, antes, representado por uma pessoa física e, hoje, por uma jurídica – o INCRA. [...] Quando era no tempo dos políticos

[época de eleição] eles andava aqui enganando, dizendo que ia botar luz, água em todas as casas, a gente ficava tudo animadinho, mas só veio essas coisas pra cá depois que o incra [INCRA] tomou de conta. Agora aí foi força do incra, não foi deles [políticos] não. (Informação verbal)<sup>19</sup>.

A narrativa acima pode estar vinculada à forma pela qual as famílias envolveram-se no processo, contribuindo para que o INCRA tivesse uma participação mais efetiva que elas, embora, em alguns momentos, haja ocorrido a mobilização para as reuniões de deliberação de questões importantes ao assentamento, como, por exemplo, a criação da associação e o local de construção da agrovila.

A trajetória de moradores a assentados foi, de fato, marcada pela forte mediação do INCRA e, devido à inexperiência das lideranças no gerenciamento das ações coletivas, estas estiveram, na maioria das vezes, atendendo, sem questionar, às demandas do Instituto. Porém os conflitos eram, internamente, evidenciados entre os assentados, especialmente em função de as ações demandadas serem predominantemente de caráter coletivo e as famílias não terem tido o tempo necessário para construir e assimilar novos valores trazidos por esse tipo de experiência. Nesse sentido, as reações e as resistências de parte das famílias, durante as etapas de implantação do assentamento, podem parecer reforço a sentimentos de rejeição a mudanças nas relações de patronagem-dependência, historicamente construídas por longas décadas e, por isso mesmo, mais difíceis de serem rompidas.

[...] Essa mudança foi radical. Ela foi em função de um número muito grande de famílias. Claro que não houve luta, a área foi desapropriada sem luta, contrário do que a gente vê noutros lugares, com brigas, derramamento de muito sangue, em troca de um pedaço de terra. Uma mudança que a gente foi construindo mediante a ideia de todos, pegando ideias daqui, dali, vai tentando ver qual é a melhor. (Informação verbal)<sup>20</sup>.

Com efeito, houve descompasso entre os ritmos do processo de desapropriação e os do entendimento do que significava a mudança, fortalecida pelo histórico das famílias como de moradoras, impossibilitadas de questionar, cabendo-lhes apenas obedecer ao proprietário das terras. Além disso, aquela população vivia certo isolamento e ocupava grande parte do tempo com o trabalho, sem participar de formas de organização que lhe fornecesse capital de participação política no processo de instituição do assentamento, à exceção do contato que algumas delas mantinham com o Sindicato de Trabalhadores Rurais do

município, basicamente para o acesso ao benefício da aposentadoria.

Na oportunidade de contar com os créditos de implantação, emergiu, por exemplo, muito fortemente, um sentimento individualista que contrariava os “princípios e valores da vida em grupo”, como propunha o projeto de assentamento. O embate de interesses individuais e coletivos entre as famílias era ponto de conflitos e, muitas vezes, encontrar o equilíbrio constituía um grande desafio:

O processo, porém, consolidou-se e deixou marcas. Para os assentados, o mais importante foram as mudanças que hoje têm o assentamento, proporcionando o acesso a certos bens e serviços públicos, como, dentre outros, moradia, água, energia, educação e saúde.

Sob todos esses aspectos, as identidades de assentados, na realidade do Centro do Designo, já se manifesta hoje fortemente no imaginário das pessoas e, embora atribuídas, já fazem parte de suas histórias. Isto se deve ao processo no qual, segundo Woodward (2000), os sujeitos incorporam a identidade atribuída de forma inconsciente, assumindo-a. De fato, foram interpelados por ela, questionando, assim, a perspectiva unilateral de Carvalho (1999).

Sabe-se, sem dúvida, que o processo burocrático da máquina estatal impõe regras. No caso em análise, trata-se do cadastro no Sistema de Informações dos Projetos da Reforma Agrária -SIPRA, que significa para a burocracia estatal apenas isso, não a atribuição de uma identidade a quem já porta outras, desconsiderando, então, a necessidade de discutir com os sujeitos diretamente envolvidos. Não se pode, porém, esquecer que, para estes, há a dimensão da subjetividade. (WOODWARD, 2000).

Nesse sentido, as identidades de assentado são concretas e têm registro único e pessoal, em dimensão nacional. Por outro lado, através deste registro, o governo controla as pessoas diretamente atendidas pelo programa de “reforma agrária”, o que se compreende necessário para evitar o envolvimento em mais de um assentamento. O nome no cadastro é, assim, quase definitivo, porque enquanto não for expedido o documento individual da posse ou o assentado não pagar o recurso correspondente aos investimentos realizados, permanecerá ele no registro do SIPRA.

Mas o que para a burocracia e o controle estatais é apenas um registro ou denominação que designa uma categoria de um programa, para homens e mulheres do Centro do Designo, são novas identidades, que lhes conferem um novo lugar na rede de relações que estabelecem nas igualdades e alteridades do mundo social, permeando suas estratégias de reprodução social, sentidos de vida e itinerários e projetos. Daí que o processo de transição vivido pelas pessoas e

famílias deu conta de construir espaços e situações em que as identidades de assentados passaram a ser importantes e, em determinados momentos, estratégicas (CUCHE, 2002) no estabelecimento de novas relações institucionais.

Exemplo disso foram as negociações junto ao poder público municipal na área de educação e saúde. Na educação, houve a construção de prédios escolares e a ampliação de séries do ensino fundamental, enquanto, na saúde deu-se a ampliação do número de agentes comunitários, condicionados a ser do próprio assentamento. Na verdade, percebeu-se que, na condição de assentados, as lideranças representativas das famílias passaram a ser reconhecidas e respeitadas no âmbito da gestão municipal, por outros poderes constituídos no município e no entorno do assentamento. Situações como essa vêm, pois, marcar que tais identidades se revestiram de uma prática também política, mesmo que as famílias disso não tivessem plena consciência. No entanto, na prática, não se pode imaginar que o próprio efeito da repercussão pública das identidades de assentados ressoe entre os próprios sujeitos assim denominados no sentido de uma interpelação de subjetividades.

## 5 CONCLUSÃO

Na trajetória das famílias que saíram da condição de moradoras para a de assentadas da “reforma agrária”, tentou-se mostrar que a mesma não é linear porque os acontecimentos da realidade analisada não aconteceram nem em série nem em sucessão, sendo construídos por diferentes sujeitos sociais em diferentes épocas. Dessa feita, tomou-se a categoria geração não no aspecto biológico ou cronológico, mas a partir das experiências de vida processadas pelas famílias tanto na condição de moradoras, quanto na de assentadas, o que foi fundamental para a compreensão das relações sociais tecidas no decorrer dos anos e dos significados que produziram em cada contexto.

Memórias e narrativas foram ferramentas metodológicas importantes para que se entendesse a realidade presente a partir da construção do passado das famílias e do lugar, Centro do Designo. A análise trabalhou com o conceito de patronagem-dependência (FORMAN, 1979) que ajudou na compreensão de comportamentos e atitudes que as famílias moradoras tiveram ao longo de décadas, com o proprietário e moradores maximizando seus ganhos e agindo estrategicamente para o alcance de seus interesses. Aliás, na trajetória descrita, ficou evidenciado que a moradia e a terra para plantar e dela retirar o sustento foram componentes tão centrais na vida das famílias, que as regras impostas pelo proprietário, que se transformavam em práticas de submissão, foram incorporadas como algo natural, passando a ser parte do cotidiano, marcado sim pelas dificuldades, mas movido pelo sentimento de

esperança de vencê-las e vivenciar dias melhores.

No cenário brasileiro, a categoria assentado emergiu a partir da metade da década de 1980, com a intervenção do governo federal no sentido de responder aos problemas ligados à luta pela terra, enfrentados pelas diferentes organizações de trabalhadores. É na verdade, assentado, uma denominação atribuída pela própria política de governo, como o específico programa de “reforma agrária”, implementado desde a “Nova República”.

Sublinhe-se que as ações de governo para implantar os assentamentos não foram uma vontade deliberada e inscrita na agenda governamental como respostas aos problemas ligados à questão agrária, mas fruto da pressão dos movimentos sociais do campo através da estratégia de ocupação de terras.

## REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: \_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 197-221.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína, FERREIRA, Marieta Moraes de (Coord.). **Usos e abusos da história oral**. 5 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. p. 183-191.

CARTA DE SESMARIA: Fazenda Remanso. Concedida à José Joaquim de Paiva em 26/01/1808. Fl. 124 v, Livro 09, 1819-1823. Sala do Poder Judiciário do Arquivo Público do Piauí.

CARVALHO, Horácio Martins de. **A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária**. Curitiba: Ministério Extraordinário de Política Fundiária/NEAD/IICA, 1999.

CUCHE, D. Hierarquias sociais e hierarquias culturais. In: \_\_\_\_\_. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2002. p. 143-174.

FORMAN, Shepard. **Camponeses: sua participação no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GODOI, Emília Pietrafesa de. **O trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Processo Nº 21680002616/96-16**. Desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária. Piauí: SENAPRO, 1996.

MENDES, José Manuel Oliveira. O desafio das identidades. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 503-540.

MORAES, Maria Dione Carvalho de. **Memórias de um sertão desencantado: modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos Cerrados do sudoeste piauiense**. 2000. 481 f. Tese (Dourado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campina, São Paulo, 2000.

PORTO, Carlos Eugenio. **Roteiro do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

REGISTRO GERAL DE TERRAS. 1904. Sala do Poder Judiciário do Arquivo Público do Piauí.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: evolução e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SABOURIN, Eric. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. **Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 20, p. 41-49, nov. 1999.

SEGALLEN, Martine. **Sociologia da família**. Lisboa: Terramar, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73-102.

TEDESCO, João Carlos. Re(vi)vendo o ontem no tempo e no espaço “dos de hoje”. Fragmentos de memória de idosos. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **Usos de memórias (política, educação e identidades)**. Passo Fundo: UPF, 2002, p. 41-79.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

## NOTAS

1 O Centro do Designo foi desapropriado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e transformado em assentamento em 1996. O referido assentamento não é um fruto de um movimento de ocupação, nos moldes das experiências do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, porque as famílias já viviam na área, há décadas, como agregadas/moradores.

2 Trata-se de localidades com limites com a propriedade.

- 3 D. A. A. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 7/nov./2004.
- 4 D. A. M. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 6/nov./2004.
- 5 F. S. C. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 21/nov./2004.
- 6 Registro Geral de Terras de 1904, Arquivo Público do Piauí.
- 7 H. C. S. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 7/nov./2004.
- 8 Conforme os narradores, as capoeiras são áreas onde já foram realizados plantios de culturas de sequeiro, costumeiramente resguardadas para pousio, isto é, o descanso de, em média, 5 a 8 anos, tempo tido como necessário para a terra se recompor e adquirir os nutrientes de que necessita na produção de alimentos.
- 9 J. F. L. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 20/ mar./2004.
- 10 É importante registrar que, devido à existência dessas áreas, as famílias têm duas safras por ano, uma por ocasião do “inverno” e a outra, do verão. Nesta, as áreas começam a ser preparadas em julho, sobretudo com a cultura do feijão, que tem uma produção maior no verão.
- 11 M. J. J. C. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 20/mar./2004.
- 12 D. P. S. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 7/nov./2004.
- 13 É importante destacar que as relações de submissão vivenciadas pelas famílias durante o processo de sobrevivência e reprodução social estão compreendidas dentro do contexto de patronagem-dependência que, segundo Forman (1979), são alimentadas por um conjunto de proposições ligadas à submissão, à autoridade e à obrigação exercidas sobre os camponeses.
- 14 A. J. L. S. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 6/ nov./2004.
- 15 V. P. R. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 21/mar./2004.
- 16 A. R. S. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 12/dez./2004.
- 17 F. R. A. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 12/dez./2004.
- 18 F. R. S. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 12/dez./2004.
- 19 V. A. L. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 6/nov./2004.
- 20 I. P. A. Entrevista a C. M. S. B. Costa. Assentamento Centro do Designo, 21/nov./2004.

**Conceição de Maria Sousa Batista Costa**

Assistente Social  
 Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí - UFPI  
 Professora da Faculdade Santo Agostinho - FSA e Assistente Social da Secretaria da Assistência Social e Cidadania e  
 E-mail: ceica\_batista28@yahoo.com.br  
 conceica\_batista28@hotmail.com

**Faculdade Santo Agostinho - FSA**

Av. Valter Alencar, 665 - São Pedro  
 Teresina - PI –  
 CEP: 64.019-625



## DESAFIOS PARA UMA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL

### ENTREVISTA ESPECIAL COM LEONARDO GUIMARÃES NETO

**Entrevistadores:** Jorge Natal<sup>1</sup> e Hipólita Siqueira<sup>2</sup>  
Realizada por e-mail em março de 2011.

Leonardo Guimarães Neto é Economista pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Sociólogo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Doutor em Economia (Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas). Foi economista da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE) e Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj); e assessor do Governo do Estado de Pernambuco. Desenvolveu trabalhos de consultoria e pesquisa em instituições internacionais e nacionais, entre as quais se destacam: Organização das Nações Unidas/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Organização dos Estados Americanos (OEA) no Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Fundação de Desenvolvimento Administrativo/SP (Fundap) – Instituto de Educação Superior da Paraíba (IESP); Fundação de Economia da cidade de Campinas (Fecamp)-Unicamp; Paranacidade-PR; Eletronorte; Superintendência de desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (Facepe). Foi Professor Adjunto do Mestrado e da Graduação em Economia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e ex-professor do Departamento de Economia da UFPE e do IE-Unicamp. Atualmente é Diretor Técnico do Centro de Educação do Planalto Norte (CEPLAN) – Consultoria Econômica e Planejamento. A seguir, a fala de Leonardo Guimarães Neto.

**Entrevistadores** - A ocupação do território nacional brasileiro, nos seus 400 primeiros anos de existência, se deu de maneira dispersa e itinerante, além de litorânea. Se a diferenciação socioespacial é uma das marcas mais pronunciadas da história de formação social brasileira, por que, em regra, nos acostumamos a dizer que a nossa questão regional data do final do século XIX, quando da emergência da moderna economia paulista nucleada pelo café?

**Leonardo Guimarães Neto** - Embora a diferenciação socioespacial seja um aspecto relevante da questão regional, são necessários outros determinantes

para que se caracterize uma questão regional em determinado contexto. Em primeiro lugar, o reconhecimento ou o sentimento de que se faz parte de um todo caracterizado pela desigualdade entre suas partes. Em segundo lugar, a consciência de que essa desigualdade pode e deve ser superada. Nos primórdios da formação brasileira, no período colonial, o que estavam presentes eram “ilhas regionais” isoladas no território, mas com fortes (e talvez exclusivos) vínculos com a Metrópole. A rigor, somente no século XVIII, com a “economia escravista mineira”, segundo a denominação de Celso Furtado (Formação Econômica do Brasil) ocorreu a articulação das diferentes regiões anteriormente isoladas e é definido um ciclo de desenvolvimento com o esboço de uma especialização comandada pela mineração. A emergência da moderna economia cafeeira, logo em seguida, representou um avanço significativo na articulação das regiões nas quais eram produzidos e exportados os produtos dos ciclos econômicos anteriores. É nesse momento econômico, já de um país independente e que esboça o processo da industrialização concentrada em São Paulo, que a questão regional se faz cada vez mais presente. Vale, no entanto, fazer referências aos vários movimentos políticos nos quais a insatisfação das populações com as políticas adotadas e com as desigualdades se fez presente antes dessas fases anteriormente referidas. Celso Furtado, em um dos seus últimos livros (O Longo Amanhecer), menciona o fato de na primeira metade do século XIX terem ocorrido movimentos e revoltas abertas ou veladamente separatistas em nove províncias, incluídas entre elas as de maior contingente demográfico. Em síntese, a consciência das desigualdades ou o surgimento da questão regional ocorre nas fases mais avançadas da formação econômica e social brasileira, seja nos momentos que antecederam ou seguiram, de imediato, à independência do Brasil.

**Entrevistadores** - Como o senhor analisa o processo histórico de diferenciação socioespacial do Brasil desde a emergência da economia cafeeira paulista até os anos 1970-80?

**Leonardo Guimarães Neto** - Em primeiro lugar, deve levar-se em conta que é no interior do complexo cafeeiro que tem início o intenso e bem definido processo de diversificação da atividade produtiva do país que resultou na industrialização. Tal processo está associado à dinâmica e às características da economia cafeeira. São geralmente consideradas, entre os aspectos mais relevantes, a ampla difusão do assalariamento, a presença de um mercado interno de grandes proporções e a de uma agricultura mercantil e diversificada que permitiu o suprimento alimentar e a produção de matérias primas, bem como a disponibilidade de infraestrutura. Esses aspectos possibilitaram um encaminhamento de soluções para

alguns dos problemas fundamentais ao avanço no processo de acumulação e diversificação produtiva. A consolidação da atividade industrial nessa parte do Brasil, em diferentes fases, conforme descrição de Wilson Cano (Raízes da Concentração Industrial em São Paulo) possibilitou, ainda na primeira metade do século XX, o avanço dessa atividade nos mercados das demais regiões, do que resultou um processo de redefinição da estrutura produtiva e dos contornos das demais economias regionais brasileiras.

Tal redefinição ocorre em duas grandes fases. Uma primeira através dos fluxos comerciais inter-regionais, determinados pelo avanço da indústria de São Paulo ou do Sudeste sobre os mercados das demais regiões, ocupando os espaços econômicos que antes cabiam às unidades produtivas locais menos eficientes e de reduzida capacidade de competição. Esta é a fase de articulação comercial. Ela é seguida, já em fases mais avançadas, no início da segunda metade do século XX, por um processo de integração produtiva, no qual frações do capital industrial se deslocam de uma para outra região, notadamente das mais industrializadas para as demais. Nesta segunda fase, foi determinante um conjunto de poderosos estímulos fiscais e financeiros, capitaneados pelas políticas de desenvolvimento regional. Em ambas as fases ocorrem redefinições das estruturas prévias das economias regionais e é definida, cada vez mais, no território nacional, uma espécie de divisão regional de trabalho.

**Entrevistadores** - Quais foram as principais mudanças em termos da divisão inter-regional do trabalho no âmbito do processo de integração do mercado nacional? Como o Nordeste se encontrava e como ele foi articulado e se articulou a esse processo?

**Leonardo Guimarães Neto** - As regiões menos industrializadas e que tinham suas atividades industriais protegidas pelo isolamento, pelas distâncias e custos de transportes, são submetidas a uma intensa concorrência com a ampliação e modernização da infraestrutura de transportes e de comunicação. Nesse contexto, desaparecem as atividades similares e que competiam com as da indústria paulista e permanecem aquelas que encontram espaços tanto nos mercados locais como, por vezes, nos mercados das demais regiões. Em período mais recente, através das políticas de desenvolvimento regional definidas para algumas macrorregiões e durante a fase caracterizada pela integração produtiva, marcam sua presença novas atividades industriais, e voltam, por vezes, modernizadas, atividades manufatureiras tradicionais, apoiadas, sobretudo, por fortes incentivos. Some-se a isso, nas regiões economicamente mais atrasadas, agora integradas ao mercado nacional, a exploração mais intensa dos

seus recursos naturais através, principalmente, de frentes produtivas voltadas para o agronegócio, a pecuária e a mineração.

Mesmo considerando a complexidade de situações decorrentes da diversificação da atividade produtiva, é possível detectar macrorregiões nas quais prevalecem indústrias de maior conteúdo tecnológico e voltadas para a produção de bens de capitais e de bens duráveis de consumo (Sudeste e São Paulo em particular), ou macrorregião na qual prevalece o agronegócio com seu desdobramento agrícola e industrial (Centro-Oeste). No caso nordestino, a articulação e a integração ocorreram com grande impacto sobre sua atividade produtiva, durante parte relevante da primeira metade do século XX, agravando-se nos anos 50 e 60. Para ilustrar, em 1961 a importação inter-regional do Nordeste de produtos industrializados representava quase metade do valor da produção da indústria de transformação nordestina, em 1967 alcançava pouco mais de 70%. Os ramos industriais mais atingidos foram os de mecânica, material elétrico, material de transporte, material plástico e indústria farmacêutica. A indústria nordestina, diferentemente da indústria do Sudeste, volta-se cada vez mais para a produção de bens intermediários, reduz a participação da produção de bens não duráveis de consumo (que antes era sua parcela maior) e não consegue avançar, até os anos 80, na produção de bens de capital nem de bens de consumo duráveis, atividades concentradas no Sudeste, particularmente em São Paulo.

**Entrevistadores** - O senhor considera que há fato ou fatos novos acerca do temário em tela após a chegada ao governo central de Lula da Silva? Há um continuum ou seria possível demarcar novas tendências na divisão inter-regional de trabalho?

**Leonardo Guimarães Neto** - A divisão inter-regional do trabalho, quando são consideradas as macrorregiões, estava mais bem caracterizada, na forma anteriormente esboçada, até os anos 80 do século passado. Assim prevaleceu nos anos de quase estagnação determinada pela crise da dívida externa, pela crise fiscal e financeira do Estado brasileiro e pela aventura neoliberal.

Mais recentemente tornou-se difícil, com a retomada do crescimento, sobretudo na primeira década do século XXI, a explicitação de uma divisão inter-regional do trabalho, considerando o nível macrorregional. Para ilustrar, o agronegócio hoje está presente em todas as regiões, inclusive no Nordeste, e avança rapidamente na Amazônia. A indústria automobilística, antes localizada nos limites do Sudeste, teve e vai continuar a ter presença cada vez maior fora dessa região, inclusive no Nordeste. Parte relevante da indústria de bens de consumo duráveis localiza-se, hoje, na Zona Franca de Manaus. Seguramente, a partir de agora o estudo

da divisão inter-regional de trabalho deverá ser realizado através de uma sintonia fina que leve em conta não só, em termos espaciais, um nível menor de agregação que as macrorregiões (mesorregiões, microrregiões ou unidades da Federação, por exemplo) e, em termos setoriais, uma classificação das atividades produtivas menos agregada que a tradicionalmente utilizada pelos estudiosos dessa questão. O ciclo atual de crescimento, iniciado no governo Lula, embaralhou ainda mais essa temática e deverá tornar ainda mais complexa a questão se a crise atual não atrapalhar a sua continuidade e o seu desdobramento.

**Entrevistadores** - Como o senhor avalia a situação do Nordeste nos governos Lula da Silva I e II?

**Leonardo Guimarães Neto** - Os indicadores econômicos e sociais mostram que houve avanços relativos na Região, embora os níveis registrados no Nordeste sejam ainda bem inferiores à média nacional e, principalmente, aos das regiões mais industrializadas. O crescimento econômico ocorreu a taxas maiores que as do país, o produto per capita e o emprego formal também. A disseminação do crédito, para pessoas físicas e jurídicas, partindo de uma base menor, ocorreu mais intensamente aqui. Muitos indicadores econômicos e sociais seguem essa evolução.

Dois aspectos chamam a atenção nesses avanços relativos. Um primeiro é o fato de que os fatores determinantes desse novo contexto regional foram políticas macroeconômicas e setoriais e não as políticas explicitamente regionais, pouco expressivas no conjunto dos processos ocorridos. De fato, os avanços regionais tiveram estreita relação com os investimentos produtivos voltados para os grandes projetos estruturadores geralmente associados às grandes empresas estatais e financiados por bancos oficiais, aos investimentos em infraestrutura econômica e hídrica, aos investimentos privados voltados para o atendimento ao consumo das classes de baixa renda, à política de valorização do salário mínimo (no Nordeste ele tem um significado especial, pois é referência para parte significativa da mão de obra regional e dos aposentados), ao processo de formalização do emprego e à disseminação do crédito que, na Região, a partir de um patamar baixo, ocorreu com uma maior intensidade. Agregue-se a isso, em grau menor de importância, o programa de transferência de renda (Bolsa Família) no qual o Nordeste tem a maior participação. Tudo isso ocorreu com uma reduzida participação das políticas explícitas de desenvolvimento regional.

**Entrevistadores** - É possível dizer que o governo Dilma, apesar de possuir apenas um ano, tende a seguir a orientação do governo Lula I e II?

**Leonardo Guimarães Neto** - Concentrando o exame à questão nordestina, levando em conta as formas de desenvolvimento regional que considere, de um lado, o que se denomina de **políticas regionais explícitas** (ações desenvolvidas a partir de uma estratégia de desenvolvimento regional que integre intimamente as instituições de planejamento regional aos segmentos sociais mais representativos da região, que seja possuidora de meios e instrumentos capazes de concretizar os objetivos e estratégias regionais estabelecidas) e, de outro lado, as **políticas regionais implícitas** (macroeconômicas, sociais e setoriais e seus impactos regionais), tudo indica que a orientação a ser seguida nos próximos anos, a prevalecer o que se constatou no primeiro ano de governo, é a mesma dos dois governos anteriores. O que se pode esperar é que os grandes projetos repercutam e se desdobrem internamente na economia regional, diversificando a estrutura econômica, criando emprego e gerando renda. O mais provável é que nem planos nem as estratégias regionais, nem as instituições e os instrumentos de desenvolvimento regional venham a definir os processos relevantes voltados para o desenvolvimento econômico e social e possam mobilizar a sociedade em torno de um projeto regional comum.

**Entrevistadores** - Como o senhor analisa a PNDR (Política Nacional de Desenvolvimento Regional) do Ministério da Integração Regional desde a sua concepção até os dias de hoje?

**Leonardo Guimarães Neto** - Conceitualmente a PNDR é uma importante proposta de desenvolvimento regional do país, discutida em diversos fóruns e em diferentes regiões, e que incorpora ideias da maior relevância para a implantação de uma política adequada para o Brasil. Em primeiro lugar, estabelece princípios para que as ações possam ser concebidas e implantadas em múltiplas escalas espaciais (nacional, macro, meso, microrregião etc.) e não restritas a um só nível e a algumas macrorregiões. Em seguida, define a política de desenvolvimento regional como uma política do governo federal com a convergência das ações dos ministérios e não limitada a uma só instância ministerial. Define, ademais, uma forte articulação governamental com os segmentos da sociedade a partir de vários órgãos colegiados, em diferentes instâncias que vão de câmaras de política de integração e de articulação federativas, até conselhos deliberativos em escala macrorregional e fóruns sub-regionais. Enfim, enfatiza a forma participativa de planejamento e define a importância da representação dos segmentos sociais em suas diferentes escalas espaciais. Estende, portanto, um tapete vermelho para ações governamentais em favor do desenvolvimento mais igual, regionalmente

do país, e para a participação dos segmentos sociais no processo decisório que não foi, ainda, devidamente utilizado.

**Entrevistadores** - Afinal o Brasil tem uma política nacional de desenvolvimento regional?

**Leonardo Guimarães Neto** - Não tem. Da mesma maneira que não possui, também, um projeto nacional de desenvolvimento. Há, como se fez referência anteriormente, em termos conceituais, uma proposta de política nacional de desenvolvimento regional, que enfatiza pontos da maior relevância para a questão regional brasileira, mas não chegou a ser concretizada em termos institucionais e no tocante aos meios e instrumentos necessários para sua implantação. O que ocorreu com a PNDR aconteceu com os vários planos de desenvolvimento regional que constituem uma agenda da maior relevância, mas que não foram, também, concretizados. É suficiente fazer referência aos planos sustentáveis para o Nordeste, para o Semi-árido e o plano para a Amazônia sustentável, além de outros.

**Entrevistadores** - As superintendências SUDENE, SUDAM e SUDECO foram extintas no Governo FHC e recriadas no Governo Lula. Qual sua avaliação sobre a atuação recente destas superintendências?

**Leonardo Guimarães Neto** - Na minha avaliação elas foram recriadas sem que à sua reestruturação legal correspondessem os meios, instrumentos, recursos financeiros, funcionários e formas de articulação com as várias instâncias governamentais tanto no interior do Governo Federal como em relação aos governos estaduais e municipais. As transformações e mudanças, de grande porte, ocorridas nas regiões onde atuam as superintendências regionais foram realizadas sem que elas participassem do processo decisório ou fossem induzidas a integrar, de forma cabal, às políticas e às ações em curso, das quais resultaram os avanços das regiões economicamente mais atrasadas.

**Entrevistadores** - Qual o papel atual de instituições financeiras oficiais tais como BNDES, BNB, BB, CEF, entre outras, no desenvolvimento regional brasileiro? Elas têm contribuído para a redução das desigualdades regionais?

**Leonardo Guimarães Neto** - Em formas diferentes, mas em geral relevante, elas integraram os processos e as transformações que permitiram os avanços de algumas regiões menos industrializadas, entre elas o Nordeste. O financiamento dos grandes projetos ou os chamados projetos estruturadores coube, em grande parte, aos bancos oficiais. O mesmo se pode dizer em relação à infraestrutura, sobretudo a social, de saneamento básico. A expansão do

agronegócio tem também sua articulação com os bancos oficiais. Não menos importante foi a disseminação do crédito junto a pessoas jurídicas e físicas, em particular vinculados à pequena e à média empresa e ao consumo, notadamente o das classes de renda mais baixa que se integraram mais intensamente ao mercado de bens e serviços que antes não tinham acesso. O aumento da renda média, do salário mínimo e do crédito foram os determinantes dessa forma de acesso. Em síntese, a contribuição dos bancos oficiais para a redução das desigualdades regionais deu-se no contexto das formas de atuação do Governo Federal através das políticas macroeconômicas e setoriais, que, como se assinalou anteriormente, tiveram uma grande influência no crescimento da economia regional, na geração de emprego, na formalização do mercado de trabalho e na melhoria de alguns indicadores associados à infraestrutura social.

**Entrevistadores** - Na sua avaliação, quais são os principais desafios para o desenvolvimento regional brasileiro, com diminuição significativa de nossas desigualdades regionais, no momento atual?

**Leonardo Guimarães Neto** - Vou limitar minhas considerações a um só desafio. Na minha maneira de pensar, o grande desafio é o da institucionalização de uma política nacional de desenvolvimento regional que não somente crie as instâncias colegiadas nas quais sejam integradas no processo decisório, de um lado, as entidades públicas nas suas várias esferas, e, de outro, a integração entre as instâncias governamentais com os segmentos representativos da sociedade, nas múltiplas escalas regionais. Este desafio implica em vários desdobramentos, sendo o primeiro deles a concretização de uma articulação no interior do Governo Federal da ação ministerial predominantemente setorial e fragmentada que passaria a levar em conta as especificidades das escalas regionais e uma forte articulação com as demandas decorrentes das especificidades de cada espaço ou parcela do território nacional. O segundo desdobramento diz respeito à crescente presença no processo decisório, dos segmentos representativos da sociedade através dos seus representantes nas entidades colegiadas presentes nas múltiplas escalas do planejamento regional. Trata-se de moldagem de um modelo institucional de planejamento nacional do desenvolvimento regional que rompa, de vez, com a visão míope, setorial e departamental da ação governamental em varias esferas, que em geral faz abstração do espaço ou território e desconsideram a integração ao processo decisório das legítimas representações regionais em suas várias escalas. A superação desse desafio é, sem dúvida, uma tarefa complexa e enorme a ser

realizada por estadistas para os quais o interesse nacional, o futuro e o longo prazo contam, e são mais importantes que o imediatismo da eleição mais próxima.

#### NOTAS

- 1 Graduação em Ciências Econômicas; doutorado em Economia pela Universidade Estadual de Campinas; Diretor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/UFRJ.
- 2 Graduação em Ciências Econômicas Doutora em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp. Professora Adjunta da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR)